





FISCALIDADE

Parceria estratégica



PÓS-GRADUAÇÃO / 19ª EDIÇÃO

DE FEVEREIRO A NOVEMBRO 2026

Online



PÓS-GRADUAÇÃO / 19ª EDIÇÃO

DE FEVEREIRO A NOVEMBRO 2026 Online

FISCALIDADE

A Pós-Graduação em **Fiscalidade** da Católica oferece, no âmbito do projeto **Católica Tax**, formação avançada, profunda e transversal em áreas de ponta da Fiscalidade empresarial portuguesa, europeia e internacional, em horário pós-laboral e online.

Com um corpo docente que junta académicos e advogados, agentes da Administração Tributária e consultores, a Pós-Graduação em Fiscalidade é adequada a quem pretenda consolidar uma carreira na área fiscal. Os alunos ficarão com uma sólida preparação para dar resposta a problemas reais, determinar transversalmente as implicações tributárias de casos concretos e avaliar criticamente as opções fiscais que se colocam na prática fiscal atual. Têm também a possibilidade de construírem parte substancial do seu curso, com um vasto leque de escolha de cadeiras, para que a sua formação corresponda exatamente ao seu nível de experiência profissional e às suas necessidades.

A parceria com a **PwC** e a qualidade do Conselho Estratégico são a garantia de um programa cientificamente exigente e adequado à realidade profissional fiscal atual.

ESPECIALIZAÇÕES

Os participantes na Pós-Graduação em Fiscalidade poderão optar por uma Especialização numa das seguintes áreas:

- · Fiscalidade Empresarial Avançada
- Fiscalidade Avançada das Transações Internacionais
- · Garantias dos Contribuintes Empresariais

BENEFÍCIOS

- Integração nos quadros da PwC, como assistente, de um aluno da Pós-graduação.
- Oferta de um estágio remunerado na PwC a um dos alunos mais bem classificados.



PÓS-GRADUAÇÃO / 19ª EDIÇÃO

DE FEVEREIRO A NOVEMBRO 2026 ONLINE

FISCALIDADE

COORDENADOR



João Taborda da Gama Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa e advogado, foi consultor do Presidente da República entre 2011 e 2013 e Secretário de Estado da Administração Local em 2015. Foi membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (2017-2021).

É membro do Practice Council do International Tax Program da New York University, sócio fundador da Gama Glória Advogados e senior advisor do Albright Stonebridge Group.

Licenciado em Direito (2000) e Mestre (2004) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi visiting researcher na NYU (2010) e na Georgetown University (2013). Tem vários artigos publicados em revistas científicas portuguesas e estrangeiras. É coautor de "Manual de Direito Fiscal Angolano" (2010), com o Professor Saldanha Sanches, com quem colaborou profissional e academicamente entre 2003 e 2010.

CONSELHO ESTRATÉGICO

O Conselho Estratégico reúne personalidades oriundas dos vários espectros da comunidade fiscal que contribuirão para a garantia da inovação curricular, exigência científica e adequação à prática profissional atual do programa da Pós-Graduação.

Francisco de Sousa da Câmara | Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados

Isabel Marques da Silva | Supremo Tribunal Administrativo

Miguel Poiares Maduro | Cátedra VdA em Digital Governance e Diretor da Católica Global School of Law

Miguel Teixeira de Abreu | Abreu Advogados / Católica Global School of Law, UCP

Paulo Moita de Macedo | CGD / antigo Diretor Geral dos Impostos

Rogério Fernandes Ferreira | RFF & Associados; Associação Fiscal Portuguesa

Rosa Areias | PwC



Mónica Barroso de Almeida CS'Associados

Frequentei o Curso de Pós-Graduação de Fiscalidade da Católica com o objetivo de enriquecer o meu conhecimento nas diversas áreas da Fiscalidade. Optei por esta formação dado o seu vasto leque de disciplinas ser o mais abrangente e diversificado do mercado letivo português. É ainda lecionada por docentes de renome e reconhecidos pela sua experiência prática e contacto real com as matérias que lecionam. Aprofundei e consolidei os meus conhecimentos de fiscalidade a nível nacional e internacional, sempre com discussão quer dos temas basilares e fundamentais de cada área, como das problemáticas mais recentes, tanto a nível legislativo como jurisprudencial.

Ao nível pessoal, considero que a frequência desta pós-graduação é essencial para qualquer profissional com contacto com a área de fiscalidade. Enquanto Advogada de Contencioso Tributário, foi uma mais-valia na minha formação profissional.

"



Mariana Mathias Quartau Uría Menéndez

A Pós-Graduação em Fiscalidade da Universidade Católica Portuguesa permite não só o aprofundar de conhecimentos nas mais variadas áreas de direito fiscal para todos aqueles que trabalham com estas matérias, como também o desenvolvimento de uma série de competências e o apelo à problematização que a desafiante prática fiscal atual exige.

Tutelada por um conjunto de docentes que impulsionam a reflexão e o debate em torno de questões pertinentes e marcadas de atualidade, os vários módulos com que temos a oportunidade de contactar, permitem um conhecimento transversal do que é a Fiscalidade dos nossos dias. Sendo esta uma área extremamente técnica e em constante mutação, este curso foi para mim crucial na obtenção de bases e ferramentas sólidas para conseguir construir a minha carreira profissional nesta área.

PROGRAMA

MÓDULO I PREPARATÓRIO

Princípios do Direito Fiscal / 18h / João Taborda da Gama

Introdução à Contabilidade / 8h / Luís Janeiro

MÓDULO II FUNDAMENTOS DA FISCALIDADE EMPRESARIAL

Fundamentos de IRC / 14h / Rosa Areias

Fundamentos de IVA / 14h / Miguel Correia, Miguel Silva Pinto

Introdução aos Acordos para Evitar a Dupla Tributação / 8h / Bruno da Silva

Taxas e Contribuições / 8h / Francisco Mendes da Silva*

Fundamentos de IRS / 14h / Leonardo Marques dos Santos

Fundamentos de IEC e Tributação Aduaneira / 8h / Ana Paula Raposo, Tânia Carvalhais Pereira

Segurança Social / 10h / Bruno Andrade Alves

MÓDULO III FISCALIDADE AVANÇADA DA EMPRESA

Temas avançados de IRC / 14h / António Rocha Mendes, João Batista Pereira

Temas avançados de IVA / 14h / Miguel Correia, Miguel Silva Pinto

Reestruturações Societárias / 10h / Rosa Areias

Temas avançados de IRS / 14h / Serena Cabrita Neto

WORKSHOP / Compliance: Pilar 2; Jurisprudência fiscal; Utilização de AI / 3h / PwC

O SNC: IFRS e NCRF / 10h / João Rodrigues

Cláusulas anti-abuso e os limites do planeamento fiscal / 8h / Rita da Cunha

MÓDULO IV FISCALIDADE DAS TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS

Tributação de Não Residentes / 10h / Francisco de Sousa da Câmara

Preços de Transferência / 6h / Leendert Verschoor

O BEPS e os Sistemas de Tributação das Empresas / 10h / Miguel Correia

^{*}Com o apoio de Dra. Rita Carvalho Nunes

MÓDULO V GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES EMPRESARIAIS

Processo Tributário e Garantias Administrativas / 14h / Serena Cabrita Neto, Rita Carvalho Nunes

Recursos no Contencioso Tributário / 2h / Jorge Lopes de Sousa

Infrações Tributárias / 8h / Nuno Pombo

Execução Fisca / 6h / Jesuíno Alcântara Martins

Inspeção Tributária / 8h / João Damião Caldeira, Pedro Vidal Matos

WORKSHOP / A Decisão Judicial Fiscal / 2h / Cons.º Cardoso da Costa, Cons.ª Isabel Marques da Silva, Tânia Cunha, Tiago Brandão de Pinho

MÓDULO VI A FISCALIDADE SECTORIAL *

Fiscalidade da Banca, Seguros e dos Organismos de Investimento Coletivo / 6h / Jorge Figueiredo

Fiscalidade das Operações Imobiliárias / 8h / Francisco Geraldes Simões

Fiscalidade da Energia e do Petróleo e do Gás / 8h / Nuno Marques Antunes, João Taborda da Gama

Fiscalidade das SAD's e dos Desportistas / 6h / Samuel Fernandes de Almeida

Fiscalidade do Jogo / 6h / João Taborda da Gama, António Moura Portugal

Fiscalidade do Terceiro Sector / 6h / Leonardo Marques dos Santos

^{*} Serão lecionadas as quatro disciplinas escolhidas pela maioria dos alunos.

CONTEÚDOS

MÓDULO I PREPARATÓRIO

PRINCÍPIOS DO DIREITO FISCAL / 18H / JOÃO TABORDA DA GAMA

Os princípios de Direito Fiscal estão no princípio e no fim do Direito Fiscal, na base e no topo de qualquer das disciplinas e seminários deste curso. São, desde logo, a base de muitas soluções que encontramos nos códigos tributários: o princípio da capacidade contributiva é o ponto de partida de qualquer norma que no Código do IRS procure definir o conceito de rendimento (as milhas atribuídas pelas companhias aéreas devem ser tributadas?). Mas os princípios são também o limite possível das normas tributárias e da sua aplicação. Da sua aplicação no tempo, desde logo, pelo princípio da proibição da retroatividade fiscal (mas da mesma forma em qualquer tipo de tributo?). São também os princípios de Direito Fiscal que nos guiam na interpretação da lei, desde logo na definição dos modos admissíveis de concretização da norma tributária (quais os limites para

a utilização de circulares?). Teremos ainda a oportunidade de debater algumas das discussões mais recentes da tributação e da política fiscal: a tributação da tecnologia e da inteligência artificial; a justiça e equidade tributária; a tributação ambiental.

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE / 8H / LUÍS JANEIRO

Este seminário visa fornecer as bases contabilísticas necessárias à aplicação de normativos do IRC e do IVA. Nesse sentido, serão desenvolvidas as principais demonstrações financeiras da contabilidade (Balanço e Demonstração dos Resultados), a propósito das quais se definirão, por exemplo, conceitos como os de variações patrimoniais não refletivas nos resultados, investimentos financeiros e instrumentos financeiros, acréscimos e diferimentos, mais e menos-valias, imparidades e provisões, etc. A mensuração dos elementos das demonstrações financeiras será outro tema a abordar, nomeadamente pelas implicações que tem a nível fiscal. A distinção entre os diferentes tipos de fluxos nas empresas (económicos, financeiros e de tesouraria) será bastante importante para compreender as bases do IRC e as do IVA.

MÓDULO II FUNDAMENTOS DA FISCALIDADE EMPRESARIAL

FUNDAMENTOS DE IRC / 14H / ROSA AREIAS

A disciplina centra-se na aquisição do conhecimento das normas estruturantes do código do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas que permita ao aluno reconhecer e resolver a generalidade das situações tributáveis mais comuns. A estrutura das

sessões letivas segue os elementos essenciais da relação jurídica tributária, com destaque para a incidência, a determinação da matéria coletável e a liquidação, sem descurar a sua análise crítica sob os princípios da fiscalidade nacional, europeia e internacional. As aulas serão organizadas por temas, tais como o estabelecimento estável, as mais-valias, os prejuízos fiscais e a liquidação do património das sociedades, que serão tratados pela resolução de casos concretos e paradigmáticos e objeto de debate entre os alunos, com especial atenção dada às operações de quantificação da obrigação tributária e à compreensão das soluções normativas.

FUNDAMENTOS DE IVA / 14H / MIGUEL CORREIA, MIGUEL SILVA PINTO

Nesta disciplina, o imposto será analisado em duas vertentes distintas, isto é: na ótica nacional e na ótica internacional, focando-se as questões estruturantes do imposto, bem como diversos temas que dominam a sua atualidade. Partindo da origem do imposto e da sua evolução, passando pelas normas de incidência, pelas regras de localização das operações tributáveis, pelo facto gerador e exigibilidade do imposto, pelas isenções, valor tributável, taxas, deduções, será ainda abordada a problemática do IVA no comércio internacional, assim como as obrigações dos sujeitos passivos. Não menos importante, será de destacar a problemática da faturação eletrónica e a possibilidade de existir um regime de contabilidade de caixa. Toda a disciplina será desenvolvida tendo em consideração a legislação nacional e as normas de natureza europeia.

INTRODUÇÃO AOS ACORDOS PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO / 8H / BRUNO DA SILVA

A Convenção Modelo OCDE serve de base para a maioria dos Acordos para Evitar a Dupla Tributacão (ADTs) existentes. Tendo como ponto de partida a referida Convenção Modelo, esta disciplina visa estudar, numa perspetiva introdutória, a sistemática dos ADTs. Nesse contexto, analisa o âmbito dos ADTs, as regras para a sua interpretação e algumas das suas definições gerais. São igualmente apresentadas as regras distributivas constantes dos ADTs e os métodos para a eliminação da dupla tributação.

TAXAS E CONTRIBUIÇÕES / 8H / FRANCISCO MENDES DA SILVA

As taxas e as contribuições são figuras tributárias que têm vindo a ganhar importância na prática quotidiana do Direito Fiscal, devido ao seu uso cada vez mais intenso por parte das autarquias locais e da administração central. Seja para o comum dos cidadãos, seja para as empresas, as taxas e as contribuições representam hoje em dia um encargo importante e que

alimenta grande litigância junto dos nossos tribunais. Esta disciplina visa estudar as taxas e as contribuições nos seus fundamentos constitucionais e no seu regime legal, sendo concedida especial atenção às taxas cobradas pelos nossos municípios e às contribuições cobradas por entidades reguladoras, sempre com análise de situações práticas. É estudado ainda o enquadramento de direito europeu destas figuras tributárias, cada vez mais importante na sua contestação.

FUNDAMENTOS DE IRS / 14H / LEONARDO MARQUES DOS SANTOS

Numa primeira abordagem da matéria, percorreremos o Código do IRS e as suas normas mais emblemáticas, sem nunca perder de vista os princípios constitucionais que regulam a tributação das pessoas singulares em Portugal, em especial das que exercem materialmente uma atividade económica empresarial. Analisaremos as principais questões relacionadas com a qualificação e quantificação dos rendimentos tributáveis, passando em revista as características específicas de cada categoria, incluindo a análise do procedimento de liquidação e de aplicação das regras de personalização do imposto. Veremos ainda em detalhe os mecanismos da tributação liberatória e da tributação especial e, bem assim, quais os deveres de cooperação das empresas, nomeadamente no que diz respeito ao mecanismo de retenção na fonte.

FUNDAMENTOS DE IEC E TRIBUTAÇÃO ADUANEIRA / 8H / ANA PAULA RAPOSO, TÂNIA CARVALHAIS PEREIRA

Na disciplina sobre Impostos Especiais sobre o Consumo e Direito Aduaneiro, analisa-se a parte geral do Código dos IEC, que contém um conjunto de normas comuns aos impostos sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, sobre os produtos petrolíferos e energéticos e sobre o tabaco manufaturado, enquadrando a sua análise com os princípios gerais de Direito Tributário. Na parte dedicada ao direito aduaneiro estudaremos este instrumento da política comercial, os procedimentos aduaneiros relativos aos fluxos de mercadorias na cadeia logística internacional, o código aduaneiro comunitário, os elementos de tributação, o valor aduaneiro, as origens, os regimes aduaneiros, em particular a introdução em livre prática e os regimes económicos e suspensivos e a exportação, bem como a dívida aduaneira.

SEGURANÇA SOCIAL / 10H / BRUNO ANDRADE ALVES

Nesta disciplina serão apresentadas e discutidas as principais temáticas de segurança social, na perspetiva das empresas e dos trabalhadores. Tendo por base o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e outra legislação relevante, analisaremos os principais regimes de segurança social, entre eles, o regime dos trabalhadores por conta de outrem e o regime dos

trabalhadores independentes, nomeadamente quanto ao âmbito de aplicação, regras de incidência, taxas contributivas e obrigações associadas. Adicionalmente, será efetuada ainda uma introdução às principais temáticas decorrentes da coordenação internacional das legislações de segurança social, relevantes, nomeadamente, em situações de mobilidade internacional de trabalhadores. Ao longo do curso serão discutidos diversos casos práticos para aplicação e consolidação dos conhecimentos que vão sendo adquiridos.

MÓDULO III FISCALIDADE AVANÇADA DA EMPRESA

TEMAS AVANÇADOS DE IRC / 14H / ANTÓNIO ROCHA MENDES, João Batista Pereira

A disciplina desenvolve o conhecimento já adquirido das normas estruturantes do imposto para se centrar no debate e na análise de algumas das soluções normativas mais complexas, relacionadas com a dedutibilidade dos encargos financeiros, a tributação das mais-valias, o regime de tributação dos grupos de sociedades, o regime da liquidação de sociedades e o regime tributário dos fundos de investimento. São também analisadas outras temáticas específicas que, pela sua relevância ou inovação, mereçam especial aprofundamento em face das alterações legislativas que possam vir a ser introduzidas ou do contexto atual. Os temas serão tratados pela resolução de casos concretos e paradigmáticos e objeto de debate entre os alunos.

TEMAS AVANÇADOS DE IVA / 14H / MIGUEL CORREIA, MIGUEL SILVA PINTO

Nesta disciplina pretende-se aprofundar matérias específicas, com impacto transversal a diversos setores de atividade, e cujo conhecimento é fundamental para os profissionais que acompanham a fiscalidade das empresas, como (i) a tributação em IVA das operações imobiliárias; (ii) o regime intracomunitário e a evolução do IVA na UE, quer na vertente de operações entre sujeitos passivos [empresas] (B2B), quer na de operações entre empresas e particulares (B2C), com particular destaque, neste último caso, para o comércio eletrónico; (iii) a tributação de pacotes promocionais e do caso especial das operações que envolvem vouchers nas cadeias de distribuição, ou como meios de pagamento; (iv) os preços de transferência; (v) a dedução parcial, métodos e regularizações; e, por fim, (vi) o planeamento no IVA.

REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS / 10H / ROSA AREIAS

No seminário subordinado ao tema "Reestruturações Societárias" são analisados, em detalhe, diversos

tipos de operações de reestruturação societária, quer domésticas, quer transfronteiriças, nomeadamente fusões, cisões, entradas de ativos, permutas de participações sociais e trespasses. Serão igualmente consideradas, sempre que aplicável, as características e impactos dos regimes especiais de neutralidade fiscal em vigor, a cada uma das operações.

TEMAS AVANÇADOS DE IRS / 14H / SERENA CABRITA NETO

A disciplina aprofunda temas específicos referentes à tributação das pessoas singulares que merecem destaque, como, por exemplo: a tributação de sujeitos passivos não residentes; a aplicação do Código Fiscal do Investimento; e a responsabilidade dos substitutos tributários e o seu papel na relação jurídica tributária em IRS. Abordaremos ainda o regime da tributação de rendimentos oriundos de mais-valias mobiliárias e imobiliárias.

WORKSHOP PILAR 2; JURISPRUDÊNCIA FISCAL; UTILIZAÇÃO DE AI / 3H / JOÃO BANZA

Baseado em situações que surgem diariamente no âmbito do exercício de uma atividade económica em Portugal, este workshop consistirá na resolução de um caso prático, que permita congregar, sob uma perspetiva prática, os conhecimentos de DAC 6 e Saf-T. Serão analisadas as implicações fiscais das operações em causa, e abordadas as respetivas obrigações declarativas.

O SNC: IFRS E NCRF / 10H / JOÃO RODRIGUES

Nesta disciplina serão abordados os principais aspetos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a estrutura conceptual das demonstrações financeiras, um resumo das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), bem como das diferenças para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), numa linguagem acessível a não financeiros. Dada a importância do normativo contabilístico para a tributação das entidades ao nível do Imposto sobre o Rendimento, pretende-se dotar os participantes do nível de conhecimentos necessário para o adequado tratamento das operações e identificação de possíveis áreas críticas.

CLÁUSULAS ANTI-ABUSO E OS LIMITES DO PLANEAMENTO FISCAL / 8H / Rita da cunha

A distinção entre planeamento fiscal legítimo e ilegítimo é uma questão estruturante do sistema fiscal que tem vindo a evoluir e ganhar importância na prática profissional quotidiana. Este seminário visa fornecer as bases necessárias à compreensão das cláusulas anti-abuso que operam no sistema fiscal português, versando não só sobre os normativos contidos na legislação nacional (com especial atenção dada à claúsula geral anti-abuso contida no

artigo 38.º da Lei Geral Tributária), como também sobre cláusulas anti-abuso com origem no Direito da União Europeia e nos Acordos para Evitar a Dupla Tributação. As sessões serão centradas na resolução de casos concretos e paradigmáticos com o objetivo de permitir aos alunos reconhecer a generalidade das situações em que as claúsulas anti-abuso efetivamente limitam e condicionam o planeamento fiscal.

MÓDULO IV FISCALIDADE DAS TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS

TRIBUTAÇÃO DE NÃO RESIDENTES / 10H / FRANCISCO DE SOUSA DA CÂMARA

A realização diária de operações e negócios em Portugal por não residentes pode, ou não, exigir o pagamento de impostos e o cumprimento de obrigacões declarativas. Centrada na vida real das pessoas e das empresas, esta disciplina permitirá conhecer e aprofundar as diferentes regras fiscais associadas às mais eficientes formas de investimento; e averiguar e avaliar o modo de tributação dos rendimentos obtidos por não residentes, face às regras domésticas e à sua articulação com o direito internacional e europeu. Revela, simultaneamente, uma miríade de opções e escolhas fiscais, cujo planeamento merece ser pensado, atentas as oportunidades e os menus cada vez mais vastos oferecidos pelo Estado, onde ao prato tradicional (tributação limitada do não residente) se juntam novidades que permitem, em certos casos, que não residentes optem por se tornar residentes não habituais (com um regime fiscal particularmente favorável) ou se mantenham no estrangeiro e sem estabelecimento estável em Portugal, mas possam agui ser tributados por rendimentos líquidos a troco de taxas progressivas.

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA / 6H / LEENDERT VERSCHOOR

Nesta disciplina será feita uma introdução aos princípios básicos da temática dos preços de transferência, nomeadamente apresentação de conceitos, evolução da legislação nacional e internacional, obrigações declarativas e consequências do incumprimento. Adicionalmente, serão também discutidos um conjunto de tópicos considerados relevantes nesta matéria, como (i) alterações aos modelos de negócios (Business Model Reinvention), (ii) prestação de serviços intragrupo, (iii) acordos prévios de preços de transferência, (iv) tributação da economia digital (OCDE Pilar 1), (v) jurisprudência de preços de transferência (CAAD) e (vi) implicações dos preços de transferência ao nível dos outros impostos. Ao longo do curso serão apresentados e discutidos diversos casos práticos por forma a aplicar e consolidar conhecimentos.

O BEPS E OS SISTEMAS DE TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS / 10H / MIGUEL CORREIA

Este seminário proporciona uma visão transversal e atualizada do projeto BEPS (Base Erosion and Profit Shifting) da OCDE/G20. O objetivo é dotar os participantes de um entendimento relativamente aprofundado das estratégias de planeamento fiscal agressivo utilizadas por empresas multinacionais e das complexas respostas regulatórias que estão a redefinir o paradigma da tributação internacional. O seminário inicia-se com o diagnóstico do fenómeno BEPS, explorando as metodologias de transferência de lucros e o seu impacto na soberania fiscal dos Estados. De seguida, será analisado o plano de ação original (BEPS 1.0), com ênfase nos padrões mínimos relativos à transparência, ao abuso de convenções e à coerência das regras fiscais. O programa foca-se, subsequentemente, na revolução fiscal do BEPS 2.0, detalhando a arquitetura dos Dois Pilares: o Pilar Um, referente à realocação de direitos de tributação face aos desafios da economia digital, e o Pilar Dois, que introduz um imposto mínimo global efetivo (GloBE). A análise concluirá com uma reflexão sobre os desafios de implementação e o estado atual da transposição destas regras.

MÓDULO V GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES Empresariais

PROCESSO TRIBUTÁRIO E GARANTIAS ADMINISTRATIVAS / 14H / SERENA CABRITA NETO, RITA CARVALHO NUNES

Com o aumento da pressão fiscal, é fundamental uma visão global sobre os direitos e garantias dos contribuintes, e do melhor modo do seu exercício junto da Administração Tributária e dos Tribunais. Serão analisados os principais meios administrativos e judiciais ao dispor dos contribuintes contra a atuação ilegal do Fisco, com base na Lei Geral Tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário. A disciplina comporta uma componente prática ampla (dos prazos para exercício das garantias administrativas e judiciais, à análise do procedimento de execução fiscal) e um sólido enquadramento teórico encontrado nos princípios fundamentais do contencioso tributário (discutiremos, por exemplo, a constitucionalidade do mecanismo da reversão das dívidas fiscais contra gerentes e administradores).

RECURSOS NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO / 2H / JORGE LOPES DE SOUSA

No contencioso tributário vigoram vários tipos de recursos jurisdicionais, aplicáveis em função do tipo de processo, da natureza da decisão e do grau de jurisdição, em que são aplicadas normas específicas

e normas dos regimes de recursos no contencioso administrativo, em processo civil e em processo penal. Nesta pluralidade de regimes de recursos, que nuns casos têm consideráveis diferenças entre si e noutros meras diferenças pontuais, é possível contar mais de uma dezena de recursos ordinários e extraordinários, o que consubstancia uma variedade quantitativa inigualável em qualquer outro ramo do direito e torna consideravelmente difícil, determinar, em cada caso, qual o regime globalmente aplicável.

INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS / 8H / NUNO POMBO

A disciplina de Infrações Tributárias centra-se na análise da legislação vigente, nomeadamente do Regime Geral das Infrações Tributárias, sobretudo na sua parte substantiva, tanto ao nível dos seus princípios gerais como dos tipos legais de crimes, focando especialmente, pela sua importância dogmática e prática, os crimes de burla tributária, fraude fiscal e abuso de confiança. Para além da necessária análise exegética, o estudo proposto é acompanhado de exemplos jurisprudenciais. Com o objetivo de dar a conhecer aos alunos as consequências punitivas da violação dos deveres fiscais, no final da disciplina de Infrações Tributárias pretende-se que os alunos estejam devidamente informados sobre os riscos do incumprimento das normas que os estabelecem e que conheçam as características tipológicas, objetivas e subjetivas, dos principais crimes existentes em matéria tributária, sendo objetivo que figuem aptos a sustentar a defesa perante processos penais e contraordenacionais tributários.

EXECUÇÃO FISCAL / 6H / JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

No seminário visa-se transmitir uma visão global sobre o regime jurídico do processo de execução fiscal e, em especial, a reversão. Serão abordados temas como: a citação, a prioridade dos bens a penhorar, a venda em leilão eletrónico e outras modalidades de venda dos bens, o regime da verificação e graduação dos créditos e os pressupostos da efetivação da responsabilidade subsidiária. Dar-se-á também a conhecer os meios de tutela dos direitos e interesses do executado e outros intervenientes no processo de execução fiscal.

INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA / 8H / JOÃO DAMIÃO CALDEIRA, Pedro Vidal matos

A inspeção tributária é inevitavelmente uma área de potencial atrito entre os contribuintes e a Administração Tributária, nomeadamente quanto à correta interpretação e aplicação das normas tributárias. O muito que se decide no contexto de uma inspeção tributária justifica seguramente o adequado estudo da matéria, seja do ponto de vista da salvaguarda dos direitos e legítimos interesses dos contribuintes, seja da utilização das prerrogativas inspetivas que

assistem à Administração Tributária. Pretende-se, pois, estudar a inspeção tributária, nunca perdendo de vista os seus aspetos práticos, mas dedicando também particular atenção ao estudo dos direitos e obrigações dos contribuintes à luz das questões suscitadas pelo regime legal vigente.

WORKSHOP A DECISÃO JUDICIAL FISCAL / 2H / CONS.º CARDOSO DA COSTA, CONS.º ISABEL MARQUES DA SILVA, TÂNIA CUNHA, TIAGO BRANDÃO DE PINHO

MÓDULO VI A FISCALIDADE SECTORIAL

Serão lecionadas apenas as quatro disciplinas escolhidas pela maioria dos alunos.

FISCALIDADE DA BANCA, SEGUROS E DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO / 6H / JORGE FIGUEIREDO

Neste seminário pretende-se dar conhecimento das particularidades da tributação sobre a atividade bancária, seguradora e dos organismos de investimento coletivo. A análise incidirá quer na perspetiva dos bancos, companhias seguradoras e das sociedades gestoras, quer na perspetiva dos clientes dessas instituições e investidores. Tal análise implicará um necessário percurso, fundamentalmente, pelos Códigos do IRC, do IRS, do EBF, do IVA e do Imposto do Selo.

FISCALIDADE DAS OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS / 8H / FRANCISCO GERALDES SIMÕES

A disciplina de Fiscalidade das Operações Imobiliárias debruça-se sobre as diferentes implicações tributárias das transmissões e prestações de serviços que têm por objeto direitos sobre bens imóveis, numa perspetiva transversal do sistema fiscal português. As operações mais comuns como a promoção imobiliária, a compra para revenda, a mediação imobiliária, o arrendamento e a locação financeira imobiliária, bem como as reestruturações de empresas imobiliárias serão analisadas em sede de tributação do rendimento (IRC e IRS), do imposto sobre o valor acrescentado e dos impostos, taxas e contribuições sobre o património, tais como o IMT, o Imposto do Selo, o IMI, as contribuições especiais e as taxas de realização de infraestruturas urbanísticas. A tributação das operações imobiliárias será igualmente cruzada com o regime fiscal específico de diversos veículos especializados em atividades imobiliárias, como as sociedades e os fundos de investimento imobiliário.

FISCALIDADE DA ENERGIA E DO PETRÓLEO E DO GÁS / 8H / Nuno marques antunes, João Taborda da Gama

A Fiscalidade da Energia e do Petróleo e Gás é um sector chave do Direito Fiscal atual. Nesta disciplina analisaremos os principais problemas tributários relacionados com a produção e o consumo de energia, tendo em conta os objetivos da política energética e ambiental, de uma perspetiva nacional (mas sem esquecer o enquadramento internacional e europeu). Abordaremos também a tributação do petróleo e do gás, tendo em conta os principais modelos contratuais e legais de tributação. Em cada um dos temas será analisado o regime jurídico, bem como os problemas e opções de política fiscal subjacentes.

FISCALIDADE DAS SAD'S E DOS DESPORTISTAS / 6H / Samuel Fernandes de Almeida

No desporto levantam-se problemas fiscais muito espe- cíficos, quer quanto aos desportistas profissionais, quer quanto às Sociedades Anónimas Desportivas. Por um lado, quanto à tributação dos desportistas profissionais, vamos analisar os problemas relacionados com a tributação dos seus rendimentos que normalmente revestem formas variadas: salários, patrocínios, endorsements, subsídios. Por outro lado, a atividade desportiva profissional gera rendimentos que têm conexão com vários ordenamentos: não só através da itinerância conatural a várias competições (torneios de golfe, competições de desportos motorizados, vela, futebol), como são muitas vezes utilizadas estruturas de planeamento fiscal internacional (por exemplo, as rent-a-star companies). Quanto à tributação das Sociedades Anónimas Desportivas analisaremos o seu regime jurídico, relações societárias e valorização de participações sociais, problemas específicos relacionados com a mensuração e valorização de ativos ou o enquadramento de certos rendimentos, como royalties, patrocínios, isenções sobre o património afeto a atividades desportivas, a distinção entre a associação de interesse público (clube) e a atividade profissional da SAD.

FISCALIDADE DO JOGO / GH / JOÃO TABORDA DA GAMA, António moura portugal

A disciplina de Fiscalidade do Jogo tem como objetivo proporcionar aos alunos as bases do regime jurídico do jogo online e de base territorial, em especial do respetivo regime fiscal, tendo em consideração, ainda, a matriz regulatória deste imposto especial e as opções de política fiscal subjacentes. Tudo através de uma abordagem prática e actual, com o estudo da *law in action*, através da análise dos recentes desenvolvimentos jurisprudenciais nacionais e comunitários.

FISCALIDADE DO TERCEIRO SECTOR / 6H / Leonardo Marques dos Santos

Na disciplina de Fiscalidade do Terceiro Sector serão analisadas, de uma forma iminentemente prática, questões fiscais que surgem associadas à constituição e gestão diária de um empreendedor social ou de uma entidade sem fins lucrativos (incluindo o associativismo desportivo). Tendo em consideração o impacto que a fiscalidade tem na gestão e desenvolvimento das entidades incluídas no terceiro sector, pretende--se fazer um enquadramento fiscal de contexto, elencando as principais obrigações, isenções e benefícios fiscais potencialmente aplicáveis. Dada a sua importância para o financiamento das entidades em análise, pretende-se ainda salientar alguns dos regimes relativos à relação das entidades não lucrativas com terceiros, tal como o regime fiscal dos donativos e a consignação de parte da coleta de IRS.

Parceria estratégica





Rosa Areias PwC, *Tax Lead Partner* Portugal

"É muito gratificante para a PwC poder partilhar sinergias com a Faculdade de Direito de Universidade Católica Portuguesa, através do protocolo de colaboração celebrado. O protocolo em vigor abarca a Pós-Graduação em Fiscalidade e estende-se à organização conjunta de iniciativas regulares de debate e reflexão sobre temas da fiscalidade atual, contribuindo para a sua divulgação, estudo e desenvolvimento.

Com conteúdos práticos e assegurada por profissionais com sólida experiência nas matérias, a Pós-Graduação em Fiscalidade será por certo uma mais-valia num currículo académico. É o resultado da reconhecida excelência académica e doutrinal da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, aliada à longa e profunda experiência na fiscalidade portuguesa e internacional da PwC."

CORPO DOCENTE

ANA PAULA RAPOSO / AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia, com pós-graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito de Lisboa, exerce funções de Sub-diretora geral da área aduaneira da Autoridade Tributária e Aduaneira e coordena a participação portuguesa no programa comunitário Alfândegas. Tem assegurado a representação portuguesa em várias sessões da Organização Mundial das Alfândegas e em várias reuniões, grupos de trabalho e seminários da União Europeia, tendo participado como oradora em diversos fóruns nacionais e internacionais. Colabora com várias revistas da especialidade.

ANTÓNIO MOURA PORTUGAL / DLA PIPER ABBC

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É sócio da DLA Piper ABBC, e um dos coordenadores da área de prática fiscal desta sociedade. Advogado especialista em Direito Fiscal, integra a lista de árbitros tributários do Centro de Arbitragem Administrativa, depois de ter sido assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1997 e 2011. É autor do livro A Dedutibilidade dos Custos na Jurisprudência Fiscal Portuguesa (2004) e de diversos trabalhos publicados na área de Direito Fiscal e Direito da Aviação

ANTÓNIO ROCHA MENDES / CS'ASSOCIADOS

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1993), pós-graduado em fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão (1995) e LL.M. na Boston University (1998). É advogado e sócio responsável pelo departamento fiscal da CS'Associados.

BRUNO ANDRADE ALVES / PWC

Tax Partner da PwC Portugal responsável pela área de Individual Taxation. É especialista nas matérias de tributação das pessoas singulares e de segurança social, no plano nacional e internacional. Tem vasta experiência na consultoria fiscal e parafiscal a empresas, nomeadamente no âmbito do tratamento fiscal e parafiscal de benefícios atribuídos aos colaboradores e no âmbito da mobilidade internacional, assim como na assessoria fiscal individual a ultra and high-net-worth individuals. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e tem um mestrado executivo em Gestão Fiscal do ISCTE-IUL INDEG Business School e um

Curso de Especialização em Direito Fiscal Internacional do IDEFF - Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal. É docente e formador em diversas instituições e organizações nas áreas da tributação individual e da segurança social e participa regularmente como orador em conferências e seminários sobre estas temáticas. Colabora frequentemente com os meios de comunicação social como especialista em matérias de IRS e de Segurança Social.

BRUNO DA SILVA / UNIVERSITY OF AMSTERDAM, LOYENS AND LOEFF

Advogado da sociedade holandesa Loyens & Loeff e investigador do Amsterdam Centre of Tax Law da Universidade de Amesterdão onde é doutorando em Direito Fiscal Internacional. Leciona cursos e seminários nessa área em diversas instituições tais como IBFD, Universidade de Leiden, Universidade de Amesterdão e Universidade Católica. Publica regularmente artigos e contribuições em livros e periódicos da especialidade, sendo correspondente da Highlights & Insights on European Taxation e EU Tax Alert. Previamente obteve um LL.M. em direito fiscal internacional pela Wirtschaftsuniversität Wien.

FRANCISCO GERALDES SIMÕES / GALHARDO VILÃO TORRES

Sócio da sociedade de advogados Galhardo Vilão, Torres, onde exerce nas áreas de prática do direito fiscal e societário. Foi consultor fiscal da Deloitte & Associados até 2010. Licenciou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa em 2007 onde obteve o mestrado em Ciências Jurídicas em 2009. É pós-graduado em Fiscalidade pela Universidade Católica Portuguesa onde igualmente concluiu as pós-graduações em Direito das Sociedades Comerciais e em Direito das Sociedades Abertas e do Mercado.

FRANCISCO MENDES DA SILVA / MLGTS

Sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva. Especialista em tributação setorial e regulatória.

FRANCISCO DE SOUSA DA CÂMARA / MLGTS

Advogado especialista em Direito Fiscal, coordena o grupo de prática de direito fiscal de Lisboa da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, de que é sócio desde 1991. Tem trabalhado com grandes empresas nacionais e multinacionais, reestruturações, aplicação dos tratados de dupla tributação e do direito fiscal comunitário e na estruturação de operações internacionais através do C.I.N. da Madeira. Licenciatura

em Direito (Faculdade de Direito da UCP, 1986). Pós-Graduação em Estudos Europeus (FD-UCP, 1987). Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (FD-UCP, 1992).

JESUÍNO ALGÂNTARA MARTINS / AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADIIANEIRA

Licenciado em Direito e Mestrando em Fiscalidade. Quadro Superior da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, Formador do Centro de Formação da DGCI desde 1995 e do INA desde 2001. Participação como docente em Unidades Curriculares em Pós-Graduações e Mestrados. Participação em diversos grupos de trabalho para elaboração de estudos na área da Fiscalidade. Elaboração de Manuais e outros conteúdos formativos nos domínios do Procedimento e Processo Tributário, Execuções fiscais, Insolvência e Recuperação de Empresas e das Infrações Fiscais. Exercício (2003-2010) das funções de Diretor de Finanças Adjunto na área da Justiça Tributária na Direção de Finanças de Lisboa. Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII, XVIII e XIX Governo Constitucional.

JOÃO BANZA / PWC

É sócio da PwC e responsável na área de Managed Services (Finance, Human Resources & Tax Compliance) pelas indústrias de Financial Services, de Hospitality & Leisure e de Government & Public Services em Portugal. Adicionalmente é responsável por esta unidade de negócio da PwC em Cabo Verde, bem como pelos serviços de Payroll em quatro territórios (Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde). Possui mais de 25 anos de experiência profissional em empresas nacionais e multinacionais nomeadamente em projetos na área financeira, contabilística, fiscal, controlo interno, planeamento e controlo de gestão, processamento de salários, gestão de tesouraria, fusões e aquisições, apoio à implementação de sistemas de informação, otimização e migração de processos financeiros, fiscais e administrativos, gestão de ativos e projetos de financiamento.

É licenciado em Economia e bacharel em Contabilidade e Administração, com uma especialização em Corporate Finance. É membro da Ordem dos Contabilistas Certificados e autor de diversos artigos sobre matérias contabilísticas, fiscais e de recursos humanos.

JOÃO BATISTA PEREIRA / CS'ASSOCIADOS

Licenciado em Direito e pós-graduado em fiscalidade avançada pela Universidade de Lisboa e LL.M. na especialidade de *International Business Law* pela Católica Global School of Law. Entre 2005 e 2010 foi colaborador do Professor Doutor J.L. Saldanha Sanches e do Mestre João Taborda da Gama na sua atividade de jurisconsultos. Entre 2010 e 2014 integrou o departamento de direito fiscal da Sérvulo & Associados e até 2018 da Gonçalo Leite de Campos & Associados. É atualmente o responsável pela área de Contencioso Tributário da CS'Associados.

JOÃO DAMIÃO CALDEIRA / JUÍZ DE DIREITO. EX-AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Foi Inspetor Tributário na Autoridade Tributária e Aduaneira. Mestre em Direito Tributário e Fiscal pela Escola de Direito da Universidade do Minho. Pós-graduado em Contencioso Tributário pelo Instituto Superior de Gestão. Pós-graduado em Prática Forense e Assessoria Jurídica de Empresa, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Foi consultor e advogado com exercício predominante em direito fiscal e contencioso tributário. Coautor do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT), Anotado e Comentado editado pela Coimbra Editora (2013). Autor de vários artigos em matéria tributária.

JOÃO RODRIGUES / UNIVERSIDADE DA MAIA

Diretor do MBA em Gestão Empresarial da Universidade da Maia. Revisor Oficial de Contas. Especialista em Normas Internacionais de Relato Financeiro. Autor dos livros Adoção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro da Áreas Editora e Sistema de Normalização Contabilística Explicado da Porto Editora. Doutorado em Gestão e Mestre em Contabilidade e Finanças. Docente universitário e formador da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Possui larga experiência profissional nas áreas de Contabilidade e Auditoria.

JOÃO TABORDA DA GAMA / FACULDADE DE DIREITO, UCP / COORDENADOR DA PÓS-GRADUAÇÃO

JORGE FIGUEIREDO / PWC

É sócio da PwC e lidera o Grupo de Financial Services que presta assessoria fiscal às entidades do sector financeiro, incluindo banca, seguros e os organismos de investimento coletivo. Tem uma vasta experiência profissional nestas áreas. Participa regularmente como orador em conferências e seminários bem como em diversas ações e programas de formação na área da fiscalidade internacional e dos serviços financeiros. É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (1989), pós-graduado em Gestão e Fiscalidade pelo IESFF (1995), tendo realizado também o Programa de Alta Direção de Empresas da AESE (2012). É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

JORGE LOPES DE SOUSA / JUIZ CONSELHEIRO JUBILADO, STA

É juiz jubilado do Supremo Tribunal Administrativo, onde exerceu funções nas secções do contencioso tributário e administrativo. É autor de vários livros sobre matéria tributária e intervém frequentemente, como orador, em seminários, conferências e cursos universitários. Preside a vários tribunais arbitrais para resolução de litígios de naturezas tributária e administrativa.

LEENDERT VERSCHOOR / PWC

É sócio da PwC Portugal e lidera o Grupo de Serviços de Preços de Transferência da PwC em Portugal, Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Desde 2002 que dedica grande parte do seu tempo à assistência, em sede de Preços de Transferência, a subsidiárias portuguesas de grupos multinacionais e grupos portugueses com presença internacional. Tem estado envolvido em diversos projetos de planeamento e de reestruturação (expansão geográfica, refinanciamento, reformulação funcional e orgânica, alterações da cadeia de valor) e tem acompanhado processos de litígio motivados pelos Preços de Transferência entre os contribuintes e a Autoridade Tributária. Licenciado em Direito Fiscal pela Universidade de Leiden. Licenciado em Economia na vertente Empresarial pela Universidade Erasmus em Roterdão.

LEONARDO MARQUES DOS SANTOS / FACULDADE DE DIREITO, UCP

Professor de Direito Fiscal e Direito Fiscal Internacional na Universidade Católica Portuguesa, onde leciona na licenciatura, mestrado e pós-graduações. É Sócio da Miranda & Associados e árbitro em matéria tributária no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD). É doutorado em Direito Fiscal pela Universidade Católica Portuguesa, onde também se licenciou, obteve um *Advanced LL.M.* em *International Tax Law* do International Tax Centre (Universidade de Leiden) e uma Pós-graduação em Fiscalidade do Instituto Superior de Gestão. As suas áreas de investigação principais são a tributação, nacional e internacional, de donativos e do terceiro setor e a tributação de pessoas singulares.

LUÍS JANEIRO / CLSBE, UCP

Mestre em Gestão e licenciado em Administração e Gestão de Organizações pela Católica Lisbon School of Business and Economics, onde é regente de Fiscalidade nos *Masters of Science* e onde leciona outras cadeiras nas áreas financeira e contabilística. Coordenador do Programa de Fiscalidade Internacional. Colabora na Católica Lisbon School of Business and Economics noutros Programas para Executivos, na Escola de Lisboa da Faculdade de

Direito e no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Economia. Consultor nas áreas fiscal e financeira. Foi Membro da Comissão de Revisão do IRC.

MIGUEL CORREIA / FACULDADE DE DIREITO, UCP

Professor Auxiliar da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutorado em Direito Fiscal pela London School of Economics, Mestre em Direito Fiscal Internacional pela Georgetown University Law Center, Mestre em Direito Comercial Internacional pela Universidade de Essex, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Exerceu funções de Subdiretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e de Conselheiro Fiscal na Representação Permanente de Portugal na UE. Previamente ao exercício de funções no Estado, trabalhou em consultoras nos Estados Unidos e em Portugal, onde se especializou na estruturação fiscal de investimentos internacionais.

MIGUEL SILVA PINTO / AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

É docente universitário, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Mestre em Integração Europeia pela Vrije Universiteit Brussel. É um quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo exercido diversas funções neste organismo e na anterior DGCI, que a precedeu. Foi Administrador Principal na Comissão Europeia, Conselheiro Fiscal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia e Secretário Executivo da Organização Intra-Europeia de Administrações Fiscais (IOTA). É autor de livros e artigos em matéria de IVA e de outros impostos.

NUNO MARQUES ANTUNES / MIRANDA

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; M.A. e Ph.D. pela Universidade de Durham (Reino Unido). Sócio na 'Miranda', com prática no sector petrolífero, em matérias de âmbito constitucional, internacional, regulatório, fiscal, ambiental e de M&A. Foi assessor do Primeiro-Ministro de Timor-Leste para o sector petrolífero, e participou nas negociações sobre fronteiras marítimas e recursos petrolíferos no Mar de Timor e na elaboração da legislação petrolífera e Fundo Petrolífero. Foi membro da Comissão Estratégica dos Oceanos, Coordenador Jurídico da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, e é atualmente membro da lista de árbitros da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. É autor de livros e publicações em Portugal e no estrangeiro, tendo sido docente universitário de Direito Internacional e Direito Constitucional.

NUNO POMBO / FACULDADE DE DIREITO, UCP

Licenciado (1996) e Mestre em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, onde é assistente no curso de licenciatura e em cursos de pós-graduação. Pós-graduado em Fiscalidade (Instituto Superior de Gestão - ISG). É Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM - Espírito Santo Commerce, S.A. e foi responsável pelo Departamento Jurídico do Banco Alves Ribeiro. Publicou Fraude fiscal: a norma incriminadora, a simulação e outras reflexões, editora Almedina, 2007.

PEDRO VIDAL MATOS / CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA

Sócio da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira. Mestre em Fiscalidade pela Universidade de Londres (2012). Mestre em Direito Público pela Universidade Nova de Lisboa (2009). Pós-graduado em Justiça Administrativa e Fiscal pela Universidade de Coimbra (2007). Pós-graduado em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão (2005). Pós-graduado em Direito das Empresas pela Universidade de Coimbra (2004). Exerce advocacia principalmente em matéria de contencioso tributário. Para além de diversos artigos publicados, é autor da obra O Princípio Inquisitório no Procedimento Tributário editada pela Coimbra Editora.

RITA CARVALHO NUNES / GAMA GLÓRIA

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2008), Mestre em Direito e Gestão pela mesma faculdade e pela Catolica Lisbon School of Business and Economics (2010) e pós-graduada em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2017). Advogada fiscalista na sociedade Gama Glória, exercendo a sua atividade com especial enfoque na área do contencioso tributário. É co-autora de artigos e publicações na área. Docente do módulo de fiscalidade da mobilidade elétrica no E-curso de Mobilidade Elétrica organizado pela JurisNova em 2023 e 2024.

RITA DA CUNHA / FIELD COURT TAX CHAMBERS

Barrister na Field Court Tax Chambers, onde exerce na área de direito fiscal. Admitida à prática de advocacia em Inglaterra e no País de Gales (2021), no Estado de Nova Iorque (2010) e em Portugal (2008). Árbitra-Presidente no CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa na área tributária. Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (2005). Pós-graduada em fiscalidade pelo INDEG/ISCTE (2007). LL.M. em Tributação Internacional pela New York University (2009). Doutorada pela Universidade de Londres (2021).

ROSA AREIAS / PWC

Lidera o Departamento Fiscal da PwC em Portugal, Angola, Cabo Verde e Moçambique, uma equipa de cerca de 800 profissionais que trabalham a partir dos escritórios de Lisboa, Porto, Funchal, Luanda, Cidade da Praia e Maputo. Tem um bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Pós-graduada em Gestão e Fiscalidade pelo IESF - Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais e um MBA em Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Licenciada em Direito pela Universidade Lusófona, tem o Advanced Management Programme pela Católica Lisbon School of Business | Kellogg School of Management of Northwestern University. Pós-graduada em Business Intelligence and Analytics pela Porto Business School. Com mais de 25 anos de experiência, tem-se focado nas áreas de consultoria fiscal internacional e projetos de reestruturação, assistindo grandes grupos nacionais e multinacionais, principalmente nos setores dos bens de consumo e serviços, indústria, energia, turismo, tecnologia e telecomunicações. Tem uma vasta experiência em reorganizações empresariais, fusões e aquisições, e empresas familiares, bem como na assistência a clientes com litígios fiscais em auditorias levadas a cabo pelas autoridades fiscais. É árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA / MFA LEGAL

Sócio da área de prática de Direito Fiscal da MFA Legal. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1997, concluiu a pós-graduação em Fiscalidade no Instituto Superior de Gestão em 2000. É Advogado desde 2001 e estagiou na Direção-Geral de Impostos e Imposições Aduaneiras da Comissão Europeia. Foi um dos responsáveis do departamento fiscal da sociedade de advogados Miranda, Correia, Amendoeira e Associados e também um dos sócios fundadores da Luís M. S. Oliveira & Associados. Foi vogal do Conselho Fiscal do Sporting Clube de Portugal e membro do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Basquetebol.

SERENA CABRITA NETO / CUATRECASAS, FACULDADE DE DIREITO DA UCP

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996) e pós-graduada em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão (1999), é Advogada Especialista em Direito Fiscal, exercendo a sua atividade com primazia na área do contencioso tributário. Docente convidada da

Universidade Católica Portuguesa, foi assistente da cadeira de Direito Fiscal da Licenciatura em Direito (2008/2009 e 2009/2010), é responsável pela cadeira de Processo Tributário do Mestrado Forense (desde 2009) e da cadeira Contencioso e Arbitragem no Mestrado em Direito Fiscal (desde 2012). É responsável pelas disciplinas de IRS e de Processo Tributário desde a primeira edição deste curso. Para além de diversos artigos publicados, é autora do manual *Introdução ao Processo Tributário*, editado pela Coimbra Editora.

TÂNIA CARVALHAIS PEREIRA / FACULDADE DE DIREITO DA UCP, CAAD

Membro da International Customs Law Academy e do International Network of Customs Universities. Coordenadora científica da Pós-graduação em Direito Aduaneiro Europeu e dos cursos de Import and Export VAT e Customs Value na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa. Docente do Mestrado em Direito Fiscal e de diversos programas de Pós-graduação na mesma Faculdade. Formadora do CEJ em matéria de Direito Aduaneiro e IEC desde 2014, nos cursos de formação inicial e continua da jurisdição administrativa e fiscal. External Peer Reviewer for the World Customs Journal. Participa em diversos projetos de investigação nacionais e internacionais. Autora de monografias e artigos científicos nas áreas de arbitragem tributária, Direito Aduaneiro e Direito Fiscal. Coordenadora do Departamento Jurídico do CAAD. Distinguida pela International Tax Review como Women in Tax Leader desde 2015.

PÓS-GRADUAÇÃO / 19ª EDIÇÃO

DE FEVEREIRO A NOVEMBRO 2026

FISCALIDADE

CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

CARTA DE PÓS-GRADUAÇÃO COM ESPECIALIZAÇÃO AVANÇADA

Todas as condições requeridas para a Carta de Pós-Graduação (ver abaixo), bem como a aprovação em todas as disciplinas da área de Especialização Avançada escolhida e aprovação num exame global de especialização.

CARTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Aprovação no programa de avaliação de todas as disciplinas do módulo I e do módulo II.
- Aprovação no programa de avaliação das cadeiras de temas avançados de IRC, IVA e IRS.
- Aprovação no programa de avaliação de outras cadeiras que totalizem um mínimo de 50 horas de ensino.
- A avaliação só é possível com presença efetiva em pelo menos 2/3 das sessões das respetivas cadeiras.

CERTIFICADO DE FREOUÊNCIA

É emitido um Certificado de Frequência aos alunos com presença efetiva em mais de 2/3 das sessões das respetivas disciplinas.

FISCALIDADE

DURAÇÃO DO CURSO

Entre um mínimo de 180 e um máximo de 263 horas, tendo em conta as opções do aluno.

HORÁRIO

As sessões, em regra, decorrem de segunda a sexta feira, das 19h às 21h.

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Licenciatura em Direito ou outra licenciatura associada a uma relevante experiência profissional nos domínios versados no curso (Economia, Gestão, Auditoria, Contabilidade, etc.). O número de vagas é limitado e será feita uma seleção dos candidatos.

CANDIDATURA

A candidatura deverá ser submetida através de formulário online disponível na área de Formação Avançada em www.fd.lisboa.ucp.pt

VALOR DO CURSO

€4.950,00

APOIOS

Associação Fiscal Portuguesa / Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados / FALP

CONDIÇÕES ESPECIAIS *

10% DE DESCONTO

Antigos alunos da Licenciatura e Mestrado em Direito ou LL.M.

da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa / Advogados Estagiários do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados / Membros da FALP

5% DE DESCONTO

Antigos alunos de outros programas pós-graduados da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa / Advogados do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados / Associados da Associação Fiscal Portuguesa

* Condições não cumulativas







www.fd.lisboa.ucp.pt

posgraduacoesdireito.sede@ucp.pt tel.: (+351) 21 721 41 79 Faculdade de Direito - Escola de Lisboa Universidade Católica Portuguesa Palma de Cima, 1649-023 LISBOA

